

POLÍTICAS PÚBLICAS E ENFRENTAMENTOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Carla Alice de Carvalho Ramos¹
Erika Larissa Martins da Silva²
Naiane dos Santos Nascimento³

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo trazer discussões sobre educação do campo, abrangendo as suas interfaces, características e dificuldades que ainda hoje se encontram presente em nossa sociedade. Tal discussão é fundamental para garantia de direitos das pessoas que vivem no campo. Reconhecer esses sujeitos do campo como detentores de direitos e devem ter a garantia dos mesmos. A educação é de suma importância para qualquer cidadão, em vista disso, a oferta de instrução adequada as diferentes localidades são necessárias. Assim, as discussões sobre escolarização, abordando o tema sobre educação do campo e os sujeitos que vivem nessas regiões são importantes nas discussões da sociedade, que são pouco abordados no que tange ao tipo de educação que é ofertada aos camponeses, para que se reconheçam como pessoas do campo. E da importância dos movimentos sociais como garantia de direitos. É importante frisar que uma educação do campo, deve promover o reconhecimento da identidade desses sujeitos, logo a busca por seus direitos é de fundamental importância para uma vida digna e suas atribuições, e não somente como meio de produção.

Palavras-chave: campo-cidade, sujeito do campo, movimentos sociais, políticas públicas

INTRODUÇÃO

Historicamente o campo e as pessoas que vivem no campo são tidos como lugar e sujeitos “atrasados”, subordinados à cidade, que por sua vez é tida como lugar de progresso. Essa é uma visão deturpada que comete as coisas desenvolvidas na cidade pareçam melhor do que o campo. Na educação a situação se agrava, pois nas escolas do campo, muitas vezes não se tem um conteúdo programático que dialogue com a realidade do meio rural e, por este motivo, professores, gestores acabam se utilizando dos conteúdos pedagógicos que são utilizados nas escolas da cidade, prevalecendo uma tendência de urbanização da população e dos educandos nessas localidades. De acordo com a Declaração de 2002: “Por uma Educação do Campo”, o povo do campo tem um modo próprio de viver, trabalhar, se relacionar e viver no tempo e no meio onde vive, diferente do modo de vida da cidade, a vida do camponês gira

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Castanhal-Pa, e-mail: alicecarvalhoramos97@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, Campus Castanhal-Pa, e-mail: erikamartins2013@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Castanhal-Pa, e-mail: naianesantos016@gmail.com

em torno da agricultura familiar, que inclui todos os sujeitos da família, sendo eles, crianças, jovens, adultos e idosos.

O debate da relação campo-cidade perpassa todas as reflexões da Educação do Campo. Por muito tempo a visão que prevaleceu na sociedade, continuamente majoritária em muitos setores, é a que considera o campo como lugar atrasado, do inferior, do arcaico (ARROYO, 2004, p.11).

Percebe-se uma desvantagem entre campo e cidade, o que demonstra que no decorrer da história as políticas públicas não conseguiram garantir uma equidade educacional. Muitos são os fatores que contribuem para essa desigualdade tanto de direitos educacional quanto outros, dentre elas, a precariedade das estruturas das escolas, currículos que prevalecem uma visão urbana de educação, sistemas de transporte inadequados para locomoção, professores sem a qualificação necessária para atuarem na educação do campo, além da desvantagem social. Desse modo, as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada, que atenda às necessidades e especificidades dos sujeitos do campo, que valorize sua cultura e realidade, para que possam ter acesso à educação básica e profissionalizante de qualidade, para que não tenham que sair do ambiente onde vivem em busca de “algo melhor”.

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento *por uma educação do campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2004, p. 149-150).

O campo também é conhecido por suas lutas e movimentos, em busca de conquistas de direitos, direitos esses que são negados e violados constantemente. Muitos desses movimentos surgiram a partir da inconformidade com as situações vivenciadas pelos sujeitos do campo, das injustiças, da opressão, das desigualdades. Com isso, na década de 90 surgiram alguns movimentos sociais no meio rural, com apoio de universidades e outros setores da sociedade, movimentos em prol de educação, moradia e de uma vida digna. Em 1998, com a I Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo”, essa temática ganha mais força.

Destacam-se nesse momento as ações educativas do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento Eclesial de Base (MEB).[...] Outras iniciativas populares de organização da educação para o campo são as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAs). (BRASIL, 2007, p. 12).

No tocante, os movimentos sociais trouxeram e ainda trazem muitas conquistas, sendo eles protagonistas na construção de uma ação pedagógica escolar contextualizada, que dialoga com a realidade das pessoas do campo, uma educação que proporciona vivenciar a teoria e a prática. Ainda assim, muitos são os enfrentamentos em busca de uma educação “no e do”

campo de qualidade. Por isso, a educação do campo não pode ser desvinculada dos processos sociais, fazendo com que os sujeitos se reconheçam como sujeitos do campo.

METODOLOGIA

O presente trabalho deu-se através da disciplina Tópicos Eletivos de Aprofundamento II, e trouxe como foco a Educação do Campo. A partir dessa disciplina, tivemos a oportunidade de conhecer e adentrar nesse modelo de educação que ainda hoje é tão pouco discutido, muitas vezes acaba parecendo algo irrelevante na sociedade. Este trabalho constitui-se de análise bibliográfica e também pesquisa de campo, onde fizemos uma visita ao Assentamento Joao Batista II, e na Escola Municipal Roberto Remigi, localizadas na zona rural do Município de Castanhal-PA. Nesta visita, percebeu-se as dificuldades encontradas para se ter a Educação no e do Campo, mas também os esforços da escola e dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na busca de conquista, manutenção e garantia de direitos.

DESENVOLVIMENTO:

Pensar o sujeito do campo, quase sempre nos leva a um olhar voltado para os meios de produção, que no contexto geram a subsistência desses indivíduos, que provém majoritariamente da agricultura familiar, e um modo de produção simples e arcaico. Portanto, mesmo nos dias atuais tem-se uma visão atrasada historicamente do modo de vida do campo.

Ao longo de sua trajetória, o homem do campo é tido e visto somente como mão de obra barata, subordinados ao meio de produção, muitas vezes, colocados as margens da sociedade no que tange aos direitos e garantias fundamentais dos camponeses, e ao se pensar em garantias e direitos, esse povo ainda tem seus direitos violados e negados.

Pensar na população do campo, não se restringe somente ao pequeno agricultor, pois este termo é bastante abrangente, dentre eles

[...] pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóia-fria, e outros grupos mais (CALDART, 2004, p.21).

Diante disso, é necessário que se reconheça a importância destes sujeitos dentro da sociedade, e não os rotulando apenas como mão de obra barata para os anseios do capitalismo, o que fortalece a visão de soberania do meio urbano sobre o rural. É preciso que se compreenda a realidade do campo, suas reais necessidades e perspectivas para que assim, os camponeses possam efetivamente usufruir dos seus direitos como cidadãos do campo, para tanto, é necessário que a educação seja ofertada com qualidade, por meio de metodologias

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

contextualizadas, que promovam a valorização da realidade camponesa, desvinculando-se da visão urbanocêntrica, onde tudo que é bom, moderno, desenvolvido, está presente na cidade.

Assim sendo, a educação de qualidade deve ser ofertada para os sujeitos do campo, que tem seus direitos assegurados pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), sendo o reconhecimento destes sujeitos detentores de direitos como qualquer outro cidadão que vive dentro de outros espaços. Em vista disso, a educação deve ser pensada para o campo, onde os sujeitos possam se reconhecer como pertencentes desse espaço, para que não seja preciso se afastar de sua cultura, e do modo de vida rural.

Ademais, explanaremos sobre o papel dos movimentos sociais em favor dos direitos da população do campo pela educação, que nas décadas de 80 e 90 no Brasil, começam a se organizar para proteger, defender os direitos que possam dar garantias para os povos do campo, como já mencionado, são bastante diversos como pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, ribeirinhos assentados, entre outros.

Importantes movimentos começaram a iniciar uma caminhada, nos finais dos anos de 1990, atuando no meio rural, com apoio de universidades e alguns setores do Estado, com o intuito de mobilizar a sociedade brasileira para a inclusão da educação do campo na agenda política nacional, movimentos como, a Escola Itinerante, Escola Ativa, Casa Familiar Rural (CFR), Escola Familiar Agrícola (EFA), a Pedagogia da Alternância e dentre outros. Assim, fazendo esses movimentos sociais tornarem-se educadores coletivos, pois suas ações carregam princípios educativos.

No que diz respeito ao ensino, “a educação, por não ser neutra, atende aos mais variados interesses políticos, econômicos e sociais, estando presente desde a montagem do currículo escolar até a discussão em torno do que deve ser estudado, quem deve estudar e como se deve estudar” (NETO, 2009, p.3). Desse modo, percebe-se muitos interesses e a educação passa a ser vista como um artefato político e, muitas vezes esse artefato passará a atender aos anseios de uma pequena parcela da sociedade, que detêm certo poder financeiro e ideológico, onde se utilizam da educação como manobra para alcançar objetivos que lhes beneficiem, como mão de obra barata e alienada, se valendo da falta de informação pela grande massa trabalhadora que está localizada tanto no meio urbano quanto no meio rural.

No entanto, a educação do campo também tem um lado, pois se posiciona politicamente, defende que o sujeito esteja no campo, envolvendo as pessoas do campo, fortalecendo o reconhecimento de si, onde a terra seja lugar de vida e não de disputa de interesses.

Trata-se de educar as pessoas como sujeitos humanos e como sujeitos sociais e políticos: intencionalidade no desenvolvimento humano, pensando a especificidade da educação da infância, da juventude, da idade adulta, dos idosos...; intencionalidade no fortalecimento da identidade de sujeito coletivo, no enraizamento social, na formação para novas relações de trabalho, na formação da consciência política...; e com uma intencionalidade política explícita: não queremos ajudar a formar trabalhadores do campo que se conformem ao modelo de agricultura em curso; queremos ajudar a formar sujeitos capazes de resistir a este modelo e lutar pela implementação de um outro projeto que inclua a todos que estiverem dispostos a trabalhar e a viver no campo e do campo... (CALDART, 2004, p. 23).

Logo, o contingente populacional do campo e da cidade, são instruídos através de um conhecimento fragmentado, que não estimula a autonomia e criticidade dos educandos. Além do mais, as notícias repassadas também são selecionadas antes de serem divulgadas atendendo aos interesses do capital, que se beneficiam com a informação fragmentada ofertada para o povo.

A comunidade onde o MST atua, também se preocupa com a formação de professores, em vista disso, criou-se uma escola de formação de docentes, situada em Veranópolis, cidade do Rio Grande do Sul. Logo, a criação da escola itinerante foi a alternativa que o movimento encontrou para manter as crianças estudando durante a época de acampamento para que elas não percam o ano letivo, posto que, o Estado não assegura o direito a educação das pessoas acampadas, já que a educação oferecida para o meio rural é a mesma aplicada na zona urbana, não sofre adequações/reformulações para o campo, como a valorização do modo de vida, elevação da autoestima do meio rural, pois para o movimento só a posse da terra não basta, precisa vir acompanhada de uma boa educação

A conquista da terra de nada adiantará se não vier acompanhada de uma educação de classe voltada para os interesses dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores rurais em particular. A conquista da educação é para o MST um primeiro passo para a construção da sociedade socialista almejada por toda classe trabalhadora (NETO, 2009, p.7).

De tal modo, esse movimento acredita que a educação rural voltada para o homem do campo, propiciará a edificação de uma coletividade mais fraternal, em prol da eliminação do aparelho de exploração suscitado pelo sistema capitalista vigente. A educação do campo está versada no Direitos Humanos, em detrimento de muitos massacres ocorridos com a população rural, onde em muitos casos lhes são negados os direitos de viver com dignidade, liberdade, em suas terras. Por isso, os direitos humanos visão assegurar os direitos fundamentais para se viver com perspectiva de igualdade dos sujeitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim sendo, é direito nosso e dever do estado a garantia de educação de qualidade para todos. Entretanto, o Estado vem falhando na sua obrigação de garantir o direito a

educação, principalmente para os estudantes do campo, que na maioria das vezes tem apenas uma escola pequena, mal estruturada, sem material didático, com apenas um professor para atender aos estudantes e atuar em uma turma multiseriadas, tendo assistência apenas para as séries iniciais do ensino fundamental, e nas séries mais elevadas os alunos precisam se deslocar do campo para a cidade em busca de escolarização.

Dentre os movimentos sociais do campo citado acima, o MST tem representantes por meio de militantes que residem no município de Castanhal- PA, no assentamento João Batista II, e tivemos a oportunidade de conhecer um agricultor e militante do MST, que discorreu sobre alguns dos ideais do movimento, que defendem tanto a reforma agrária como o direito de educação, moradia digna, a garantia de comida na mesa dos camponeses, e nos vislumbrou que os militantes do MST estão espalhados em várias regiões do país, compondo os mais variados movimentos em prol da garantia e manutenção de direitos. Para Caldart (2004, p. 25)

Por isso defendemos com tanta insistência a necessidade de políticas e de projetos de formação das educadoras e dos educadores do campo. Também porque sabemos que boa parte deste ideário que estamos construindo é algo novo em nossa própria cultura. E que há uma nova identidade de educador que pode ser cultivada desde este movimento por uma educação do campo.

Em vista disso, alguns movimentos estão na luta visando melhorar a educação ofertada no campo, se empenha em defender uma educação voltada exclusivamente para as pessoas do campo, posto que, através de uma pedagogia rural o homem possa se fixar na terra. O MST acolheu as metodologias de Paulo Freire como base para uma educação transformadora capaz de possibilitar ao homem do campo, administrar seu modo de vivenciar as experiências e produção com autonomia, criticidade, e responsabilidade sabendo defender os seus interesses, ou seja, deixando de ser oprimidos para se tornarem independentes/livres para escolherem os seus próprios trajetos sociais, políticos, culturais entre outros.

Diante dessas circunstâncias, se observa que o Estado está faltando com suas obrigações de oferecer o ensino público de qualidade para a população do campo. Em vista disso, “Nas últimas décadas, organizações e movimentos sociais têm feito uso intenso dos direitos humanos como instrumento de transformação da ordem dominante” (CAVALCANTI, 2012, p.133). E com isso os movimentos sociais se fazem importantes, pois têm sido protagonistas na construção de uma ação pedagógica contextualizada, buscando fortalecer o vínculo entre a educação, os sujeitos e o campo.

Podemos perceber, que a Educação do Campo passou e passa por muitos entraves na conquista de uma educação específica, voltada para o campo, e por isso vem se configurando

como um marco na busca da igualdade de direitos, respeito à diversidade, reconhecimento dos sujeitos e saberes, da cultura e do lugar onde vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a educação e os sujeitos do campo ainda enfrentam muitos desafios a serem superados, lutas por direitos, educação, moradia, trabalho e subsídios para terem uma vida com dignidade. A educação é uma garantia primordial para a vida do cidadão, e segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) : “art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL. 2017, p. 8).

Em vista disso, é necessário que as políticas públicas possam garantir às pessoas do meio rural o acesso a uma educação de qualidade, voltada para a realidade do campo, que leve em consideração o lugar onde esses sujeitos estão inseridos, valorizando a região e modo de vida de cada comunidade, para que essas consigam se desenvolver com autonomia nas interfaces exigidas no meio rural.

Percebemos a relevância de se investigar as nuances da educação do campo, de entender que campo e cidade são realidades totalmente diferentes, assim como qualquer outro ambiente, que é necessário compreender as variadas realidades da educação brasileira e sujeitos dessa educação, a partir daí procurar meios de se adequar aos diversos fatores que constroem a educação de nosso país.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

BRASIL, LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases1 ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases1_ed.pdf)

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In. ARROYO, M. G. CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**, Brasília: MEC, 2007.

CAVALCANTI, R. C. A Educação do Campo sob a ótica dos direitos humanos. In. COUTINHO, A. F. CAVALCANTI, C. R. (Org.). **Questões agrária, movimentos sociais e educação do campo**. Curitiba: CRV, 2012.

NETO, Luiz Bezerra. A educação rural no contexto das lutas do MST. ALVES, Gilberto, 2009.